

Indicadores de Pobreza para as Regiões Metropolitanas nos Anos Oitenta

SONIA ROCHA(*)

Resumo

O artigo descreve como evoluiu a pobreza nas regiões metropolitanas nos anos oitenta, a partir do resultado de uma série de indicadores consagrados na literatura internacional. Discute-se, adicionalmente, questões metodológicas importantes referentes a cada indicador. A pobreza é definida a partir de um nível limite de renda familiar *per capita* que se baseia nos padrões de consumo e estruturas de preços específicas para cada RM. São apresentados os resultados de indicadores parciais (por abordarem apenas um aspecto do problema) - proporção de pobres, quociente de insuficiência de renda e índice de Gini da subpopulação pobre - e de um indicador sintético - índice de Sen. E, à guisa de conclusão, é buscado um direcionamento de fenômeno, em termos da apresentação dos valores absolutos das variáveis mais relevantes, para discutir opções e eventuais custos associados à política de eliminação de pobreza.

Palavras-chave: Pobreza, pobreza urbana, região metropolitana, distribuição de renda e indicadores de pobreza.

Abstract

The evolution of poverty in Brazilian Metropolitan Areas during the 80s is described by means of some traditional indicators. Poverty is defined according to a family *per capita* income level based on consumption patterns and price structures specific of each Metropolitan Area. The indicators are: poverty incidence, poverty gap ratio, Gini index for the poor - considered partial, in the sense that each of them covers only one aspect of the phenomenon -, and Sen index - a combination of the previous three. For the sake of conclusion, absolute values of some variables, such as size of poor population, average poor income, total income required to eliminate poverty, are presented in order to discuss option and cost of poverty alleviation policies.

Key words: poverty, urban poverty, Metropolitan Area, income distribution, indicators of poverty.

A autora é Economista do IBGE, cedida por convênio ao IPEA/INPS.

() A autora agradece a Renata Patrícia Lima Jeronymo, o competente trabalho de programação, e a Hamilton Tolosa, Renato Villela e colegas do Grupo de Mercado de Trabalho do INPES, com quem foram discutidas diferentes etapas de elaboração desta pesquisa.*

1. Linha de Pobreza e Indicadores de Pobreza sob a Ótica da Renda

Reconhecidamente, pobreza é uma síndrome multidimensional vinculada a diferentes aspectos da condição de vida. Embora a qualidade de vida, particularmente da subpopulação mais pobre, possa estar relacionada a fatores institucionais - como o grau de formalização do mercado de trabalho -, ou ao nível de suporte oferecido pela infra-estrutura social (saúde, educação, saneamento, assistência social), a renda é freqüentemente usada como variável básica para diferenciar pobres de não-pobres.

Mesmo quando se adota a abordagem simplificadora de considerar renda (1) como referência única para definir e medir pobreza, restam ainda diversas opções metodológicas a serem feitas (2). Basicamente, trata-se de definir conceituações e procedimentos de mensuração em relação a cinco aspectos: a) como estabelecer as necessidades básicas - absolutas ou relativas - e como variam essas necessidades em função de características dos indivíduos ou da família; b) o que considerar na mensuração dos recursos disponíveis para atender às necessidades (consumo *versus* renda, riqueza, rendimentos *in natura*); c) qual a unidade de análise adequada (indivíduo, família, em particular qual conceito de família); d) qual o período de análise relevante (mês, ano); e e) em condições inflacionárias, como proceder para neutralizar, ou pelo menos reduzir, as distorções devidas aos efeitos da alta de preços sobre as variáveis expressas em termos monetários.

O procedimento mais comumente adotado no Brasil é o de fixar nacionalmente um patamar de renda - ou linha de pobreza - em termos de salários mínimos, vinculando-o ao custo de atendimento das necessidades básicas da unidade familiar (3). A adoção de um valor único - geralmente entre 1 e 2 salários mínimos - negligencia a existência de diferenciais geográficos de custo de vida, assim como variações do tamanho da família.

(1) Quando se trata de utilizar a variável renda como parâmetro de referência, cabem as habituais restrições ao seu uso devido aos problemas de fidedignidade da informação, dificuldades conceituais vinculadas ao antagonismo entre renda temporária *versus* renda permanente, questões ligadas aos diferenciais entre rendimento bruto e líquido, além dos problemas quanto ao consumo não-monetário.

(2) Nos Estados Unidos, o *Census Bureau* divulga, desde 1987, dez diferentes estimativas de incidência de pobreza, isto é, nove além da baseada no procedimento originalmente proposto por ORSHANSKY (1965), adotado como medida oficial de pobreza naquele país desde então.

(3) FISHLOW (1972) utilizou linhas de pobreza igual a 1 salário mínimo no Nordeste urbano e 1,15 para as demais áreas urbanas; PFEFFERMAN (1983, cap. 2) usou como parâmetro 2 salários mínimos. PASTORE, ZYLBERSTAJN & PAGOTTO (1983, cap. 2), 1 salário mínimo; HOFFMANN (1984), tanto 1 como 2 salários mínimos.

Neste trabalho serão utilizadas como parâmetro linhas de pobreza que, além de levar em conta diferenciais locais de custo de vida, pressupõem necessidades a partir de estrutura de despesas verificadas para a população de baixa renda em cada região metropolitana, especificamente ⁽⁴⁾. Como base para as preferências foram utilizados dados do ENDEF a partir de metodologia adotada por Fava (1984). Assim, para cada região metropolitana *per se*, essas preferências se exprimem, por um lado, pela cesta alimentar do 2º decil da distribuição de despesas correntes, ajustada na composição, tendo em vista o objetivo operacional de manter um número reduzido de itens - em torno de 20 - e na quantidade para atender aos requerimentos calóricos ideais. Como o 2º decil corresponde, naturalmente, a faixas de despesa de valor diferenciado conforme a Região Metropolitana, sua adoção tem a vantagem de incorporar à linha de pobreza um componente de pobreza relativa, sem, no entanto, prejudicar a comparação entre regiões ⁽⁵⁾. De fato, as cestas alimentares são submetidas a uma normalização básica: o consumo alimentar em cada caso corresponde à ingestão calórica diária idêntica de 2.400 calorias por pessoa.

A valoração das cestas alimentares foi feita para cada ano, segundo região metropolitana, utilizando preços médios dos produtos que compõem as nove cestas, calculados com base nos preços mensais investigados pelo IBGE para a elaboração de seus índices de preços.

No que concerne ao consumo não alimentar, por outro lado, as preferências diferenciadas foram levadas em conta pela utilização das relações despesa alimentar/despesa total (quociente de Engel) observadas em cada região metropolitana em relação ao decil de despesa corrente mais baixo para o qual não haja ocorrência de déficit calórico. Em cada caso, o custo da cesta alimentar e o valor do consumo não alimentar dão origem a uma linha de pobreza.

(4) Trata-se de uma abordagem na tradição de ROWNTREE (1901, cap. 2), cuja operacionalização recente foi feita por KNIGHT (1979), THOMAS (1982, cap. 2) e FAVA (1984, cap. 2). Para uma descrição detalhada das questões metodológicas relativas à construção das linhas de pobreza ver ROCHA (1988).

(5) Em nível consolidado do conjunto de nove metrópoles, obter-se-ia maior incidência de pobreza ao estabelecer-se como parâmetro único a estrutura de consumo de São Paulo e, alternativamente, menor incidência ao adotar nacionalmente o padrão de consumo das regiões metropolitanas mais pobres.

Os valores das linhas de pobreza calculadas (Anexo I e II) evidenciam diferenciais significativos, mesmo entre unidades de observação relativamente homogêneas, como tendem a ser as regiões metropolitanas. Discrepâncias dessa magnitude tornam inadequada a utilização de um parâmetro nacional único como linha de pobreza, seja ele expresso em termos de salário mínimo ou de qualquer outra unidade de conta.

Os valores calculados para as linhas de pobreza correspondem ao valor mínimo mensal necessário **por pessoa**. Para a determinação da subpopulação pobre, é feito cotejo entre valor da linha da pobreza e rendimento familiar *per capita* ⁽⁶⁾, associado a cada indivíduo da população da região metropolitana. Evita-se, assim, as distorções associadas a não consideração da variação do tamanho da família, preservando, no entanto, o princípio de tomar a família como unidade solidária de rendimento e de consumo.

O objetivo deste artigo é apresentar indicadores de pobreza relativos às regiões metropolitanas para quatro anos da década de oitenta, que apresentam situações bem diversas em relação aos ciclos de curto prazo e a acontecimentos de importância regional/local.

O indicador de pobreza mais comumente utilizado é a proporção de pobres, definida como o número de pobres dividido pela população total. Especificamente, considera-se aqui como indivíduos pobres aqueles cuja renda familiar *per capita* Y_i é menor que o valor da linha de pobreza (z). Sendo m o número de pobres e n a população total, a proporção é dada por $H = m/n$.

Sabidamente a proporção de pobres é um indicador grosseiro da pobreza, pois não considera em quanto a renda dos pobres se distancia do valor da linha de pobreza, o que o torna insensível ao empobrecimento que obviamente ocorre quando cai a renda de indivíduos pobres. O quociente da insuficiência de renda (*poverty gap ratio*) dá conta justamente da defasagem entre renda dos pobres e linha de pobreza como proporção do valor equivalente à situação limite em que todos os pobres tivessem renda igual à linha de pobreza. Assim o quociente é dado por:

(6) O rendimento familiar *per capita* é resultado da divisão do somatório dos rendimentos de qualquer tipo obtidos por todos os componentes de cada família pelo número de componentes. A informação básica deriva da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

$$I = \frac{\sum_{i=1}^m (z - y_i)}{mz} = (z - \bar{y}) / z$$

onde \bar{y} é a renda média dos pobres. O indicador fornece, portanto, uma medida da intensidade da pobreza, mas é insensível ao número de pobres.

Visando considerar os aspectos complementares dos dois indicadores, Sen (1976) propõe um índice de pobreza como média ponderada das insuficiências de renda dos pobres, onde os pesos são dados pela posição de cada indivíduo pobre numa escala ordinal de bem-estar como função da renda. Este índice de pobreza do ponto de vista da renda, referido na literatura como índice de Sen, é comumente expresso de forma alternativa através da proporção de pobres, quociente de insuficiência de renda e índice de Gini dos pobres (G)⁽⁷⁾:

$$S = H [I + (1-I) G]$$

O índice de Sen representa um progresso óbvio em relação às medidas mais toscas de pobreza como H e I , que atendem muito precariamente ao conjunto de axiomas desejáveis para um índice de pobreza⁽⁸⁾. Apesar de algumas restrições incontornáveis que podem ser feitas a esse tipo de índice, como a incompatibilidade entre os axiomas de proporção e transferência⁽⁹⁾, ele fornece uma medida sintética útil ao levar em conta três aspectos diversos da pobreza enquanto insuficiência de renda.

Este texto apresenta na seção seguinte os indicadores de pobreza, que chamaremos de parciais porque privilegiam aspectos específicos da pobreza sob o prisma da renda: proporção de pobres, quociente da insuficiência de renda e coeficiente de Gini dos pobres. Como se verá adiante, a análise da proporção de pobres é mais extensa e detalhada do que as demais, por duas razões

-
- (7) Para a demonstração, ver SEN (1976). A forma multiplicativa do índice, embora simples, é arbitrária.
- (8) O índice de Sen, proposto em 1976, foi seguido por outros índices compostos que atendem diferentemente às condições axiomáticas desejáveis para um índice de pobreza. Para uma excelente apresentação dos índices compostos e discussão de suas propriedades ver HAGENAARS (1986, cap. 6).
- (9) KUNDU & SMITH (1983) derivaram o teorema da impossibilidade, que mostra a incompatibilidade teórica entre axiomas desejáveis de índice de pobreza composto. Assim, embora o aumento da proporção de pobres devesse sempre aumentar o índice de pobreza, se os indivíduos incorporados à subpopulação tiverem renda tal que aumente a renda média ou reduza a desigualdade entre os pobres, é possível que o efeito final combinado seja de redução do índice de pobreza. Como citado por HAGENAARS (1986).

básicas. A primeira, é que, contrariamente aos dois outros indicadores que se referem a características da distribuição da renda da subpopulação pobre, a proporção de pobres é um indicador referente à população total. Desta forma, ela reflete de forma mais pronunciada tanto os diferenciais em *cross section* entre Regiões Metropolitanas, como os efeitos dos ciclos nos confrontos intertemporais. Assim, tanto as amplitudes dos valores assumidos em determinado ano, como as variações entre anos são relativamente maiores para a proporção dos pobres, o que torna o elemento preponderante para a determinação do índice de Sen. A segunda razão do destaque dado à proporção dos pobres é que, em sendo o primeiro indicador apresentado, a maior parte das considerações sobre diferenças estruturais e conjunturais da pobreza foram feitas em relação a ele, embora se apliquem, freqüentemente, aos demais indicadores, inclusive ao índice de Sen, cujos valores e análise sucinta são apresentados na terceira seção.

Finalmente, na quarta seção, são fornecidos alguns valores que permitem quantificar, em termos absolutos, o *gap* de recursos associados à pobreza metropolitana vista exclusivamente sob o enfoque do rendimento, explicitando a sua importância em relação à renda dos não-pobres e ao PIB.

2. Indicadores Parciais de Pobreza

2.1. Proporção de Pobres

Utilizou-se o confronto entre renda ⁽¹⁰⁾ familiar *per capita* ⁽¹¹⁾ e linha de pobreza para determinar o número de pobres, estabelecendo, em seguida, a proporção de pobres na população total de cada região metropolitana.

Pelos resultados da Tabela 1 pode-se verificar que as proporções de pobres no ano inicial do período estudado são extremamente elevadas nas metrópoles do Norte e Nordeste, reduzindo-se gradativamente à medida que se avança para o Sul. A enorme amplitude entre as proporções de Recife e

(10) As questões de precisão da informação obtida são melhor resolvidas nas PNAD's do que nos Censos, em função da própria escala da operação de coleta e da qualificação mais apurada dos agentes naquelas primeiras. Todas as expansões da amostra da PNAD foram feitas com base no peso da pessoa, em função das características de sexo e idade.

(11) Ao considerar de forma idêntica todos os componentes das famílias, independentemente das diferenças de necessidades específicas em função de idade, condição de atividade e outros fatores, a variável traz implícito algum grau de imprecisão ao confrontar os rendimentos *per capita* calculados ao valor da linha de pobreza. Trata-se, no entanto, de um detalhamento compatível com o de considerar o valor de uma cesta básica média *per capita*.

Curitiba - a proporção de pobres é mais de três vezes superior em Recife do que em Curitiba - é mais uma evidência das disparidades regionais no Brasil.

A comparação dos vetores de 1981 e 1983 indicam agravamento da incidência da pobreza, entendida como a proporção de pobres na população total, o que é coerente com o auge da crise recessiva. Os dados da PNAD de 1981 devem, no entanto, ser considerados com cautela comparativamente aos outros anos analisados, devido ao fato de o período de referência para informações sobre rendimentos se situar, naquele ano, após o reajuste do salário mínimo em 1º de novembro ⁽¹²⁾. Na verdade, é discutível o grau de "aderência" das rendas, particularmente o das baixas rendas, ao ajuste do salário mínimo. É irrefutável, no entanto, que o uso do dado de 1981, em comparação com os dos outros anos, implica subestimação da proporção de pobres.

De qualquer modo, fica evidente que o impacto da crise recessiva sobre a proporção dos pobres foi seguramente mais acentuado no Centro-Sul do que no Norte/Nordeste. Na realidade, quando se considera a taxa de variação da proporção de pobres entre 1981 e 1983, a evidência de agravamento é tão fraca em Fortaleza, Recife e Salvador que é possível imputá-la à realização tardia do levantamento da PNAD em novembro. Em última análise, não se pode descartar que entre 1981 e 1983 tenha se verificado aumento na proporção dos pobres no Centro-Sul, mas diminuição nas três primeiras metrópoles nordestinas.

A esse respeito, podem ser feitas duas ordens de considerações. A primeira, é que a ocorrência de crise econômica grave, como a verificada no início da década, implicando queda do produto real, acaba por ter impacto mais forte nas regiões modernizadas, onde se localiza o motor de crescimento econômico. Afetando o setor moderno, a crise levaria as unidades produtivas a se reestruturarem em termos de composição da produção, mudança tecnológica e racionalização de custos de modo geral, causando maior impacto sobre a renda da mão-de-obra menos qualificada. Nas regiões metropolitanas menos desenvolvidas, o efeito do empobrecimento devido à crise macroeconômica é essencialmente reflexo, resultado da perda de dinamismo em nível nacional, além de amortecido pelas características de inserção da população no mercado de trabalho segundo ramos de atividades.

(12) Os dados de rendimento de 1981 referem-se à semana de 8 a 14 de novembro, enquanto nos anos de 1983, 1985 e 1986 os períodos foram de, respectivamente, 25/09 a 01/10; 22 a 28/09 e 28/09 a 04/10.

TABELA 1
PROPORÇÃO DE POBRES, COM BASE NA RENDA FAMILIAR
PER CAPITA, SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS
1981, 1983, 1985 E 1986 (%)

Regiões Metropolitanas	1981	1983	1985	1986
Belém	50,9	57,6	43,8	45,9
Fortaleza	54,0	56,2	36,6	30,1
Recife	55,6	56,6	47,5	39,9
Salvador	43,1	43,8	39,5	37,5
Belo Horizonte	31,3	44,1	36,1	26,4
Rio de Janeiro	27,2	34,7	36,8	23,2
São Paulo	22,0	34,4	26,9	16,9
Curitiba	17,0	29,6	24,3	10,5
Porto Alegre	17,9	29,7	23,3	16,3
Média	35,4	43,0	38,3	27,4
Desvio Padrão	14,8	10,9	15,4	11,3
Coef. de Variação	0,42	0,25	0,40	0,41

TABELA 2
ÍNDICE DO PIB REAL DO NORDESTE A CUSTO DE FATORES
POR SETOR - 1979-1986 (BASE: 1978 = 100)

Setores	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Primário	100,00	99,11	92,82	106,29	80,32	111,21	116,21	132,75
Secundário	114,62	117,69	103,14	109,27	107,42	109,55	120,83	130,88
Terciário	108,78	119,50	127,86	141,78	148,14	158,36	171,00	194,43
Total	108,84	115,78	116,65	129,36	129,80	146,09	157,78	177,43

Fonte: SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste)

Uma segunda consideração é que, em 1981, o Nordeste estaria às voltas com uma crise de caráter regional - resultante da seca iniciada em 1979 - que teria levado a significativo êxodo rural e ao inchamento das metrópoles. Deste modo, para as metrópoles nordestinas, 1981 seria um ano de crise, não havendo evidência, a nível do PIB real (Tabela 2), de agravamento das condições entre 1981 e 1983 ⁽¹³⁾.

(13) A respeito da conjuntura no Nordeste no período, ver JATOBA (1985).

A retomada que se inicia em 1984, e se mantém em 1985, apresenta efeitos favoráveis em termos de redução da proporção de pobres entre 1983 e 1985, tendo como única exceção a Região Metropolitana do Rio de Janeiro ⁽¹⁴⁾

Enquanto a redução da pobreza no Centro-Sul está diretamente ligada à retomada da atividade econômica liderada pelo setor secundário, a redução no Nordeste, particularmente em Fortaleza, está também vinculada ao final da grande seca que assolou a região entre 1979-1984. Os dados da Tabela 2 mostram como a queda do produto agropecuário foi significativa em função da seca, em particular muito mais drástica que o efeito recessivo derivado da crise de âmbito nacional. Há evidências de que o final da seca resultou em significativo fluxo migratório de retorno no sentido cidade-campo. Como resultado combinado do fim da seca e do início da retomada, a proporção dos pobres, em 1985, era menor do que em 1981 em todas as metrópoles do Nordeste ⁽¹⁵⁾.

Finalmente, entre 1985 e 1986 houve redução da proporção de pobres em todas as Regiões Metropolitanas, exceto na de Belém: o desabastecimento associado ao Plano Cruzado teve um efeito de elevação de preços marcadamente mais forte, o que eliminou quaisquer vantagens que possam ter ocorrido em termos de melhorias do emprego e do nível de renda dos mais pobres. Nota-se, outrossim, que a redução da proporção dos pobres foi muito mais sensível no Centro-Sul do que nas metrópoles nordestinas. De fato, a localização dos centros dinâmicos e os fortes desequilíbrios do mercado de trabalho que se verificaram em função da euforia do Plano Cruzado no Centro-Sul resultaram em melhoria mais acentuada de renda dos mais pobres naquela região, o que não exclui que tenha ocorrido, simultaneamente, um agravamento da distribuição de renda considerando a população como um todo.

(14) O índice de produção da indústria de transformação do Estado do Rio de Janeiro situava-se em 98,60 (base 1981 = 100) em agosto de 1985, quando a retomada do setor industrial já era evidente (Brasil: 116,89; Minas Gerais: 122,23). Em nível da Região Metropolitana, houve impacto significativo da crise da indústria naval, cujo índice de produção, já muito baixo no início do ano (57,91 em janeiro), deteriorou-se ainda mais ao longo de 1985 (45,29 em dezembro). Fonte: IBGE.

(15) Dados do Censo Agropecuário revelam uma forte variação entre 1980 e 1985 do número de pessoas ocupadas no Nordeste em estabelecimentos agrícolas de menos de 10 ha de área total (4.381 mil em 1980 e 5.871 mil em 1985), além de um aumento concomitante do número desses pequenos estabelecimentos (de 1.654 mil para 1.986 mil) no mesmo período (MUELLER, 1987).

Considerando os anos extremos do período, apesar de a análise de 1981 ficar prejudicada pela não-comparabilidade da data de levantamento dos rendimentos da PNAD, fica patente que houve redução de pobres. De fato, as proporções relativas a 1986 são inferiores às calculadas a partir dos dados de 1981, que implicam alguma subestimação da pobreza em todas as Regiões Metropolitanas. Os resultados sugerem que o Plano Cruzado permitiu redução no número de pobres, enquanto proporção da população total em todas as Regiões Metropolitanas, o que se explica pela conjugação de dois fatores. Por um lado, via aumento geral de salários, uma das medidas básicas do plano: o salário mínimo foi ajustado a partir de 1 de março em 34%, passando de 600 mil cruzeiros para 804 cruzados. Simultaneamente, o abono salarial de 8% permitiu aumentar a renda da classe média, melhorando as condições de barganha salarial para os trabalhadores menos qualificados no setor informal de prestação de serviços. Por outro lado, estes ganhos salariais foram significativos em termos reais, à medida que houve queda drástica da inflação: o INPC restrito, com nova base em março de 1986, evoluiu até dezembro daquele ano em apenas 19%, para o conjunto das Regiões Metropolitanas.

2.2. Quociente de Insuficiência de Renda (*Poverty Gap Ratio*)

As constatações sobre o posicionamento relativo das Regiões Metropolitanas quanto ao indicador de insuficiência de renda (Tabela 3) têm muito em comum com aquelas observadas para a proporção de pobres na população total, a saber:

- a) Em cada ano, os piores indicadores ocorrem nas regiões metropolitanas do Norte e Nordeste. Isto indica que, além de apresentarem proporções mais elevadas de pobres, estes indivíduos têm, em média, renda significativamente mais baixa em relação à linha de pobreza do que os pobres no Centro-Sul. A exceção fica por conta do Rio de Janeiro, onde a renda média dos pobres é especialmente baixa em 1981 e 1985. Em 1985, esse fenômeno está relacionado, como já se mencionou, a um atraso da recuperação da atividade da economia fluminense em relação à das demais metrópoles.
- b) O indicador é bastante sensível aos ciclos econômicos. Verifica-se uma clara tendência de piora em 1983 e melhora progressiva em 1985 e 1986. As exceções ficam por conta do Rio de Janeiro em 1983 e 1985, além de Belém e Salvador, em 1986. O forte aumento de preços devido ao desabastecimento

do Plano Cruzado, elevando, em muito, o valor da linha de pobreza em Belém, explica, como já mencionado, o resultado obtido na metrópole do Norte, em 1986.

TABELA 3
QUOCIENTE DE INSUFICIÊNCIA DE RENDA COM BASE NA
RENDA FAMILIAR *PER CAPITA* DOS POBRES SEGUNDO
REGIÕES METROPOLITANAS

Regiões Metropolitanas	1981	1983	1985	1986
Belém	0,430	0,475	0,424	0,426
Fortaleza	0,482	0,482	0,408	0,401
Recife	0,478	0,467	0,458	0,416
Salvador	0,451	0,455	0,410	0,425
Belo Horizonte	0,407	0,455	0,413	0,384
Rio de Janeiro	0,409	0,411	0,424	0,360
São Paulo	0,376	0,433	0,401	0,359
Curitiba	0,336	0,409	0,367	0,318
Porto Alegre	0,371	0,399	0,374	0,371
Média	0,415	0,443	0,409	0,384
Desvio Padrão	0,049	0,029	0,026	0,034
Coef. de Variação	0,119	0,066	0,063	0,089

Especificamente, cabe notar que apesar de os indicadores serem, de modo geral, bastante elevados - a renda média dos pobres se situa entre 57% e 68% do valor da linha de pobreza -, a amplitude e a variância são relativamente baixas, especialmente em comparação à proporção de pobres na população total. Na verdade, o estabelecimento de linhas de pobreza diferenciadas entre si funcionou como um normalizador, delimitando subpopulações pobres relativamente semelhantes em termos de características da distribuição de renda.

2.3. Coeficiente de Gini da Subpopulação Pobre

Diferentemente dos resultados obtidos em termos de proporção de pobres e do quociente de insuficiência de renda, os coeficientes de Gini dos pobres não permitem estabelecer uma diferenciação entre Regiões Metropolitanas do Norte e Nordeste *versus* as do Centro-Sul (Tabela 4). Na verdade, os valores

mais elevados podem ocorrer em São Paulo e Belo Horizonte ou em Recife e Belém, como se deu em 1983. Em 1986, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre apresentam valores de Gini dos pobres semelhantes ao de Fortaleza. Em relação à estabilidade do *ranking*, pode-se observar apenas que Recife tende a apresentar os maiores índices de desigualdade de renda entre os pobres, enquanto Curitiba apresenta os mais baixos.

Naturalmente, os coeficientes obtidos tendem a estar, em princípio, tanto mais próximos dos Gini para a população total, que são mais elevados - da ordem de 0,5 a 0,6 - , quanto mais alta for a proporção de pobres. Isto contribui para tornar relativamente elevados os Gini do Norte e Nordeste, onde altas proporções de pobres tendem a ocorrer concomitantemente a coeficientes, também mais altos, para a população total.

A proporção das pessoas pobres, às quais está associada renda familiar zero, também tem relação direta sobre o valor do Gini dos pobres. Como pode-se observar na Tabela 4, o coeficiente de Gini da subpopulação pobre, da qual se excluíram os indivíduos com renda zero, é mais baixo do que o coeficiente referente à subpopulação pobre como um todo. Nas Regiões Metropolitanas do Centro-Sul, onde as proporções de pobres são mais baixas, indivíduos com renda zero acabam por ter uma participação numérica mais elevada na subpopulação, resultando em elevação do Gini dos pobres ⁽¹⁶⁾.

Os dois efeitos antes mencionados, operando simultaneamente, resultam em redução da amplitude dos valores obtidos para o conjunto das regiões metropolitanas.

Examinando a evolução temporal, os resultados obtidos demonstram, com algumas exceções, uma tendência ao agravamento das desigualdades de renda entre pobres em 1983 e melhorias progressivas em 1985 e 1986. É interessante observar que a retomada da atividade econômica, a partir de 1984, teve efeito de reduzir a desigualdade de renda entre pobres, enquanto houve, claramente, aumento de desigualdade entre não-pobres ao longo de todo o período analisado ⁽¹⁷⁾.

(16) Em média, a proporção de pobres com renda familiar *per capita* igual a zero se situa em torno de 4 a 5%, mas podem ocorrer diferenciais significativos entre Regiões Metropolitanas, como em 1983, quando o percentual máximo foi de 7%, em São Paulo e Curitiba, e o mínimo de 3%, em Fortaleza.

(17) O Gini para a população total apresenta tendência a agravamento até 1985. É provável que a redução ocorrida em 1986, determinada por fatores conjunturais, tenha sido revertida nos anos seguintes.

TABELA 4
COEFICIENTE DE GINI COM BASE NA RENDA FAMILIAR PER CAPITA PARA SUBPOPULAÇÕES DISTINTAS,
SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS

Regiões	1981			1983			1985			1986						
	P1	P2	NP	P1+NP												
Metropolitanas																
Belém	0,266	0,230	0,431	0,551	0,275	0,238	0,443	0,581	0,243	0,210	0,481	0,587	0,247	0,215	0,451	0,563
Fortaleza	0,273	0,247	0,470	0,597	0,269	0,246	0,468	0,607	0,234	0,210	0,528	0,622	0,224	0,194	0,534	0,607
Recife	0,276	0,247	0,479	0,602	0,276	0,241	0,474	0,596	0,266	0,232	0,487	0,595	0,248	0,217	0,492	0,585
Salvador	0,274	0,239	0,476	0,595	0,270	0,240	0,518	0,626	0,246	0,215	0,510	0,609	0,248	0,219	0,510	0,609
Belo Horizonte	0,253	0,204	0,478	0,566	0,271	0,235	0,500	0,613	0,241	0,221	0,499	0,592	0,232	0,193	0,520	0,591
Rio de Janeiro	0,263	0,197	0,504	0,579	0,245	0,212	0,484	0,572	0,244	0,220	0,491	0,587	0,225	0,185	0,523	0,583
São Paulo	0,253	0,193	0,451	0,516	0,273	0,220	0,433	0,533	0,247	0,210	0,459	0,536	0,226	0,182	0,489	0,537
Curitiba	0,210	0,162	0,486	0,535	0,259	0,205	0,476	0,559	0,217	0,190	0,503	0,570	0,174	0,147	0,528	0,557
Porto Alegre	0,230	0,178	0,463	0,518	0,247	0,198	0,459	0,545	0,225	0,195	0,505	0,568	0,230	0,175	0,500	0,548
Média	0,255	0,211	0,471	0,562	0,265	0,226	0,473	0,581	0,240	0,211	0,496	0,585	0,228	0,192	0,505	0,576
Desvio Padrão	0,021	0,029	0,020	0,032	0,011	0,017	0,025	0,030	0,013	0,012	0,018	0,024	0,021	0,022	0,024	0,024
Coef. de Variação	0,082	0,140	0,042	0,057	0,042	0,074	0,053	0,052	0,055	0,058	0,037	0,040	0,094	0,115	0,048	0,042

Notas: 1) P1 - pobres, inclusive os com renda familiar per capita igual a zero; P2 - pobres exclusive os com renda zero; NP - não-pobres; P1 + NP - pobres mais não-pobres, ou seja, população total.

2) Como o coeficiente de Gini não é decomponível, os resultados apresentados foram obtidos a partir das distribuições de renda relativas às populações especificadas.

3. O Índice de Sen

O índice de Sen será utilizado aqui como indicador sintético da pobreza, visto sob a ótica da renda, já que leva em conta três aspectos diferenciados da pobreza: a proporção de pobres, o quociente de insuficiência de renda e o índice de Gini dos pobres.

Os resultados obtidos (Tabela 5) permitem observar tanto as disparidades em *cross section* entre Regiões Metropolitanas, como os impactos diferenciados sobre a pobreza em cada uma, em função dos ciclos de curto prazo.

Como era de se esperar, há uma distinção bastante nítida entre os níveis de pobreza observados no Norte/Nordeste e no Centro-Sul. Em particular, fica evidente que São Paulo, Curitiba e Porto Alegre têm um *status* à parte, mantendo indicadores de pobreza mais baixos e significativamente distanciados das demais Regiões Metropolitanas. É claro, ainda, que a situação de São Paulo, em relação à incidência da pobreza, é mais frágil do que das duas metrópoles do Sul: devido à sua importância ímpar em termos econômicos e populacionais, São Paulo é mais suscetível de apresentar oscilações acentuadas da incidência de pobreza em resposta aos ciclos conjunturais. A crise de 1983, por exemplo, tem um impacto tão forte em São Paulo que seu índice de pobreza passa a ser mais elevado do que o Rio de Janeiro naquele ano. As evidências empíricas de que se dispõem para esse período mostram, no entanto, que a qualidade de vida da subpopulação pobre em São Paulo é muito superior à das demais metrópoles devido ao melhor acesso a serviços públicos e a condições mais adequadas de inserção no mercado de trabalho ⁽¹⁸⁾ Em outras palavras, sendo pobre, é melhor ser pobre em São Paulo, o que mantém a atratividade desta metrópole mesmo em períodos de crise, resultando em agravamento relativo da pobreza em São Paulo.

Uma segunda observação de ordem geral concerne à sensibilidade do indicador aos ciclos, com piora evidente entre 1981 e 1983 e melhorias progressivas nos anos seguintes, acompanhando a retomada da atividade econômica. A comparação entre 1981 e 1986 mostra, para todas as Regiões Metropolitanas, reduções do índice de pobreza. Isto evidencia que, apesar dos efeitos pouco

(18) Em outro estudo, focalizando estes mesmos anos, é construído um índice de qualidade de vida das subpopulações pobres metropolitanas a partir de onze indicadores sociais relacionados a acesso a serviços públicos básicos, modo de inserção no mercado de trabalho e nível de conforto do domicílio, ficando patente as condições de vida significativamente mais elevadas dos pobres em São Paulo. Ver ROCHA & VILLELA (1990).

sensíveis do Plano Cruzado em termos de redução das desigualdades de renda ⁽¹⁹⁾, houve diminuição da pobreza, embora com intensidade diferenciada conforme as regiões metropolitanas.

TABELA 5
ÍNDICES DE POBREZA DE SEN,
SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS

Regiões Metropolitanas	1981	1983	1985	1986
Belém	0,290	0,357	0,247	0,261
Fortaleza	0,312	0,349	0,200	0,161
Recife	0,324	0,348	0,286	0,224
Salvador	0,246	0,264	0,219	0,213
Belo Horizonte	0,173	0,266	0,200	0,139
Rio de Janeiro	0,155	0,193	0,208	0,117
São Paulo	0,118	0,202	0,148	0,085
Curitiba	0,089	0,166	0,123	0,046
Porto Alegre	0,093	0,163	0,120	0,094
Média	0,200	0,256	0,195	0,149
Desvio Padrão	0,089	0,075	0,052	0,068
Coef. de Variação	0,445	0,294	0,270	0,455

TABELA 6
VARIAÇÃO PERCENTUAL DO ÍNDICE DE SEN ENTRE PERÍODOS DE
REFERÊNCIA, SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS

Regiões Metropolitanas	1981/83	1983/85	1985/86
Belém	+23,10	-30,81	+5,67
Fortaleza	+11,86	-42,69	-19,50
Recife	+7,41	-17,82	-21,68
Salvador	+7,32	-17,05	-2,74
Belo Horizonte	+53,75	-24,85	-30,50
Rio de Janeiro	+24,52	+7,77	-43,75
São Paulo	+71,19	-26,73	-42,57
Curitiba	+86,52	-25,90	-62,60
Porto Alegre	+75,27	-26,38	-21,67

(19) Como houve aumento das rendas mais altas paralelamente à melhoria da renda dos pobres, o Índice de Gini para a população total não apresenta melhorias em 1986, em relação a 1985, em três das nove Regiões Metropolitanas. Cf. Tabela 6.

Examinando os indicadores para 1986, chama a atenção a posição relativa de Fortaleza, refletindo uma melhoria significativa em comparação a 1981, além de um descolamento notável das demais metrópoles do Norte e Nordeste. Neste caso, mais do que um aumento da renda monetária dos mais pobres relacionado a melhorias na dinâmica da economia local, a redução do índice de Sen reflete uma queda do custo de vida em Fortaleza. Na verdade, uma evolução mais moderada dos preços de produtos básicos do que em outras metrópoles causou quedas relativas do valor da linha de pobreza de Fortaleza em 1985 e 1986⁽²⁰⁾, resultando em melhorias da renda real e redução da pobreza.

Fenômeno inverso ocorre em Belém, associado aos efeitos particularmente nefastos sobre os preços locais da crise de abastecimento que se seguiu ao Plano Cruzado. Cabe observar que, em função desse fato, Belém é a única região que apresenta agravamento da pobreza entre 1985 e 1986, mas, não obstante, constata-se alguma melhoria em relação a 1981.

Quando se examina a variação do índice de Sen entre os períodos de referência (Tabela 6), constata-se que as oscilações mais sensíveis ocorrem no Centro-Sul, que se justificam, de modo geral, porque os níveis de pobreza são muito mais baixos que no Norte/Nordeste. Entre 1981 e 1983, o agravamento da pobreza no Norte/Nordeste é menos pronunciado porque os dados de 1981 já incorporam uma intensidade forte do fenômeno, a nível local, devido à seca iniciada em 1979. Da mesma maneira, a redução da pobreza no Norte/Nordeste se dá de forma mais pronunciada entre 1983 e 1985 devido o término da seca. Fortaleza aparece com posição de destaque porque se beneficia tanto de efeitos nacionais (retomada da economia) e regionais (fim da seca), como de uma evolução favorável dos preços locais. A redução da pobreza no Centro-Sul, entre os dois últimos períodos, é especialmente notável por ocorrer no espaço de apenas um ano, estando, de maneira clara, vinculada ao Plano Cruzado.

Em relação à dispersão dos valores, é em 1985 que os índices de Sen das diferentes regiões mais se aproxima da média. As melhorias ocorridas em 1986 fizeram com que o índice chegasse ao mínimo do período, mas as diferenciações do impacto do Plano Cruzado resultaram na mais alta dispersão de valores observada. Para isto, muito contribuiu o agravamento da pobreza em Belém,

(20) Apesar de Fortaleza apresentar o mais baixo valor da linha de pobreza dentre as quatro metrópoles do Norte e Nordeste, sua defasagem em relação a Recife, que apresenta valor imediatamente superior, passou de 5% em 1983 para 19% em 1985 e 11% em 1986. Cf. tabelas em anexo.

onde o Índice de Sen foi 5,6 vezes maior do que o calculado para Curitiba. O índice de pobreza, especialmente baixo em Curitiba se deveu, em parte, à evolução favorável dos preços locais, função das características particulares do abastecimento que tornaram aquela região menos sensível aos efeitos negativos do Plano Cruzado.

4. A Dimensão Absoluta da Pobreza Metropolitana

Os indicadores das seções anteriores não dão conta de grandezas absolutas - número de pessoas e valor da renda - que se vinculam ao conceito de pobreza utilizado. Na Tabela 7 (a e d) estão reunidas algumas informações complementares às já apresentadas.

O número de pobres nas Regiões Metropolitanas atinge o seu máximo em 1983 - 14,5 milhões de pessoas, ou seja, 11,62% da população brasileira, 16,15% da urbana e 38,08% da metropolitana naquele ano. A concentração se dá em São Paulo e Rio de Janeiro, onde vivem 56% dos pobres em 1986. É também nestas duas metrópoles onde se verificam os maiores valores de insuficiência de renda dos pobres, vinculados essencialmente ao número de pobres. Juntos, São Paulo e Rio de Janeiro respondiam por 51% da insuficiência de renda em 1981, mas 54% em 1986, o que revela uma pequena desconcentração com base nos anos extremos do período ⁽²¹⁾.

Quando se considera a insuficiência de renda agregada dos pobres como proporção da renda dos não-pobres, as metrópoles do Norte e Nordeste apresentam os percentuais mais elevados, o que resulta tanto das altas proporções de pobres, como de níveis de renda mais baixos dos não-pobres. Para o conjunto das Regiões Metropolitanas, esta proporção atinge o mínimo em 1986, quando o Plano Cruzado aumentou a renda em todos os estratos, com efeitos evidentes sob a redução da pobreza.

Chama a atenção que, mesmo no ano menos favorável, a insuficiência de renda dos pobres, em relação à renda dos não-pobres, seja tão pequena. Isto é, bastaria uma transferência de pouco mais de 7% da renda dos não-pobres em 1983 para alçar todos os indivíduos pobres ao nível da linha de pobreza. Sob outra abordagem, o valor agregado da insuficiência de renda corresponde a 0,91% do PIB em 1981; 1,56%, em 1983; 1,07%, em 1985; e 0,59%, em 1986 ⁽²²⁾.

(21) Nos anos de 1983 e 1985, a concentração foi ainda mais elevada, respectivamente, 60% e 63%.

(22) Para efeito de comparação, é interessante observar que nos Estados Unidos o valor da insuficiência de renda para o país como um todo representava 1,2% do PIB, em 1986 (SAWHILL, 1988).

TABELA 7
INSUFICIÊNCIA DE RENDA, SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS

a) 1981

Regiões Metropolitanas	Número de Pobres	Linha de Pobreza (Cr\$)	Renda Média Mensal dos Pobres (Cr\$)	Insuficiência de Renda (Cr\$ 10 ⁶)	Renda dos Não-Pobres (Cr\$ 10 ⁶)	Insuf. Renda Não-Pobres (%)
Belém	440.342	5.140	2.929	973,60	6.790	14,3
Fortaleza	895.160	4.830	2.499	2.086,62	12.630	16,5
Recife	1.348.371	4.920	2.567	3.172,71	18.350	17,3
Salvador	801.322	5.150	2.827	1.861,47	21.860	8,5
Belo Horizonte	836.368	4.280	2.534	1.460,30	32.470	4,5
Rio de Janeiro	2.525.656	4.710	2.780	4.874,52	140.600	3,5
São Paulo	2.902.550	5.530	3.448	6.043,11	216.700	2,8
Curitiba	265.467	3.490	2.315	311,92	20.080	1,6
Porto Alegre	417.907	4.820	3.030	748,05	38.530	1,9
Total	10.433.143			21.532,30	508.010	3,7

b) 1983

Regiões Metropolitanas	Número de Pobres	Linha de Pobreza (Cr\$)	Renda Média Mensal dos Pobres (Cr\$)	Insuficiência de Renda (Cr\$ 10 ⁶)	Renda dos Não-Pobres (Cr\$ 10 ⁶)	Insuf. Renda Não-Pobres (%)
Belém	527.738	25.520	13.393	6,40	32,35	19,78
Fortaleza	999.983	19.460	10.079	9,38	56,16	16,70
Recife	1.429.112	20.770	11.076	13,85	79,27	17,48
Salvador	869.243	21.920	11.946	8,67	107,70	8,05
Belo Horizonte	1.264.801	21.260	11.590	12,23	142,30	8,59
Rio de Janeiro	3.356.330	23.620	13.901	32,62	582,40	5,60
São Paulo	4.869.304	28.780	16.311	60,72	913,30	6,65
Curitiba	491.307	18.720	11.047	3,77	89,50	4,21
Porto Alegre	735.077	23.950	14.383	7,03	165,80	4,24
Total	14.542.895			154,67	2.168,78	7,13

c) 1985

Regiões Metropolitanas	Número de Pobres	Linha de Pobreza (Cr\$)	Renda Média Mensal dos Pobres (Cr\$)	Insuficiência de Renda (Cr\$ 10 ⁹)	Renda dos Não-Pobres (Cr\$ 10 ⁹)	Insulf. Renda Não-Pobres (%)
Belém	472.602	232.830	134.162	46,63	542	8,60
Fortaleza	814.390	166.620	98.583	55,41	777	7,13
Recife	1.281.006	198.710	107.750	116,52	894	13,03
Salvador	832.797	207.030	122.127	70,70	1.204	5,87
Belo Horizonte	1.224.365	203.130	127.662	92,40	1.698	5,44
Rio de Janeiro	3.769.757	238.580	137.275	381,89	6.114	6,24
São Paulo	4.131.289	255.360	152.990	422,92	10.069	4,20
Curitiba	434.715	171.880	108.728	27,45	1.113	2,46
Porto Alegre	608.326	228.890	143.287	52,07	2.017	2,58
Total	13.569.247	-	-	1.265,98	24.428	5,18

d) 1986

Regiões Metropolitanas	Número de Pobres	Linha de Pobreza (Cz\$)	Renda Média Mensal dos Pobres (Cz\$)	Insuficiência de Renda (Cz\$10 ⁶)	Renda dos Não-Pobres (Cz\$10 ⁶)	Insulf. Renda Não-Pobres (%)
Belém	516.250	626,66	359,379	138,0	1.311	10,52
Fortaleza	583.541	374,63	224,246	87,8	2.389	3,67
Recife	1.111.255	416,09	245,935	189,1	2.411	7,84
Salvador	817.998	506,00	291,150	175,7	3.017	5,83
Belo Horizonte	849.393	448,46	276,163	146,3	5.182	2,82
Rio de Janeiro	2.435.429	477,14	305,237	418,7	17.773	2,36
São Paulo	2.665.967	596,75	382,558	571,0	34.690	1,65
Curitiba	200.917	373,63	254,960	23,8	3.642	0,65
Porto Alegre	441.411	493,95	310,879	80,8	5.370	1,50
Total	9.622.161	-	-	1.831,3	75.785	2,42

O ponto fundamental é que esses valores aparentemente baixos se relacionam exclusivamente à pobreza enquanto insuficiência da renda. Muitos dos aspectos da pobreza estão praticamente desvinculados do nível de renda dos mais pobres, dependendo fundamentalmente de dispêndios do setor público. Assim, a pobreza metropolitana está relacionada a carências de saneamento, habitação, assistência médica e educação que não podem ser sanadas por acréscimos marginais de renda. Na verdade, a curto prazo, essas carências são relativamente inelásticas ao nível de renda dos pobres dado o tamanho dos déficits existentes e as dificuldades operacionais envolvidas em eliminá-los.

As carências em termos da infra-estrutura de saneamento são um exemplo ilustrativo, devido à sua influência sobre a qualidade de vida e sobre indicadores sociais básicos, como a mortalidade infantil. Os déficits existentes em 1986/1987 eram de tal monta que se estimava o investimento para o triênio 1988/1990 em 2,11 bilhões de dólares anuais ou cerca de 0,8% do PIB de 1986 ⁽²³⁾. Vale ressaltar que este investimento não representa o aporte necessário à eliminação do déficit, mas apenas à redução do seu crescimento nas áreas urbanas.

A eliminação da pobreza vista como um fenômeno complexo de carências múltiplas requer, pois, muito mais recursos do que os correspondentes ao *gap* de renda. Na verdade, se a pobreza se limitasse à insuficiência de renda seria facilmente combatida tanto por envolver um processo de redistribuição de renda apenas moderado, como por responder positivamente, como se viu, à expansão econômica.

(23) Estimativa da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, em documento apresentado ao Ministro de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em junho de 1987.

ANEXO I
LINHAS DE POBREZA, POR REGIÃO METROPOLITANA, SEGUNDO
ANOS SELECIONADOS(1)

Regiões	1981	1983	1985	1986
Metropolitanas				
Rio de Janeiro	4,71	23,62	238,58	477,14
São Paulo	5,53	28,78	255,36	596,75
Curitiba	3,49	18,72	171,88	373,63
Porto Alegre	4,82	23,95	228,89	493,95
Belo Horizonte	4,28	21,26	203,13	448,46
Fortaleza	4,83	19,46	166,62	374,63
Recife	4,92	20,77	198,71	416,09
Salvador	5,15	21,92	207,03	506,00
Belém	5,14	25,52	232,83	626,66
Média	4,76	23,16	211,45	479,25
Desvio Padrão	0,55	2,98	28,38	84,00
Coef. de Variação	0,11	0,12	0,13	0,17

Notas:(1) Valores correntes mensais *per capita*.

Mil cruzeiros em 1981, 1983 e 1985. Cruzados em 1986.

A despeito dos valores acima estarem expressos em valores correntes, o que invalida comparação ao longo das linhas, a tabela acima é ilustrativa no que diz respeito ao confronto entre regiões metropolitanas em um mesmo ano, isto é, ao longo das colunas.

ANEXO II
LINHAS DE POBREZA POR REGIÃO METROPOLITANA, SEGUNDO
ANOS SELECIONADOS, EXPRESSOS EM TEMOS DO MAIOR SALÁRIO
MÉDIO ANUAL VIGENTE NO PAÍS

Regiões	1981	1983	1985	1986
Metropolitanas				
Belém	0,63	0,73	0,72	0,81
Fortaleza	0,59	0,56	0,52	0,49
Recife	0,60	0,60	0,62	0,54
Salvador	0,63	0,63	0,64	0,66
Belo Horizonte	0,52	0,61	0,63	0,58
Rio de Janeiro	0,58	0,68	0,74	0,62
São Paulo	0,68	0,83	0,79	0,77
Curitiba	0,43	0,54	0,53	0,48
Porto Alegre	0,59	0,69	0,71	0,64

Referências Bibliográficas

- FAVA, Vera Lucia. *Urbanização, custo de vida e pobreza no Brasil*. São Paulo, IPE-USP, 1984.
- FISHLOW, Albert. Brazilian size distribution of income. *American Economic Review*, XLII (2): 391-402, may 1972.
- HAGENAARS, A. J. M. *The perception of poverty*. Amsterdam, North Holland, 1986.
- HOFFMANN, Rodolfo. *Pobreza no Brasil*. Piracicaba, ESALQ, Série Pesquisa nº 43, 1984.
- JATOBÁ, Jorge. Desenvolvimento regional, crise e mercado de trabalho: o caso brasileiro com especial atenção para o Nordeste - 1981-1983. *Revista Econômica do Nordeste*, 16 (4): 517-561, out/dez 1985.
- KNIGHT, P. T.; MORAN, R.; LLUCH, C. & MAHAR, D. *Brazil: human resources report*. Washington, D. C., The World Bank, 1979.
- MUELLER, Charles C. Censos Agropecuários. *Agroanalysis*, 11 (6): 8-21, jun 1987.
- ORSHANKY, Mollie. Counting the poor: another look at the poverty profile. *Social Security Bulletin*, 28 (1): jan 1965.
- PASTORE, José; ZYLBERSTAJN, Hélio & PAGOTTO, Carmem Silvia. *Mudança social e pobreza no Brasil: 1970-1980*. São Paulo, FIPE-Pioneira, 1983.
- PFEFFERMAN, E. *Income distribution and poverty in Brazil* (draft report). World Bank Mission, August, 1978.
- ROCHA, Sonia. *Linhas de pobreza para as Regiões Metropolitanas na primeira metade da década de oitenta*. Belo Horizonte, ANPEC, Anais (vol. IV), dez 1988.
- _____. & TOLOSA, Hamilton. Pobreza metropolitana e políticas sociais. In: *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1989.
- _____. & VILLELA, Renato. Caracterização da subpopulação pobre metropolitana nos anos oitenta - Resultados de uma análise multivariada. *Revista Brasileira de Economia*, 44 (1): 35-52, jan/mar 1990.
- ROWNTREE, B. S. *Poverty: a study of town life*. London, Mcmillan, 1901.
- ROSSI, José W. *Índices de desigualdade de renda e medidas de concentração industrial*. Rio de Janeiro, Zahar 1982.
- SAWHILL, Isabell V. Poverty in the U. S.: Why is it so persistent? *Journal of Economic Literature*, XXVI (3): 1073-1119, sept 1988.
- SEN, Amartya. Poverty: an ordinal approach to measurement. *Econometrica*, 44, (2): 219-231, march 1976.
- THOMAS, Vinod. *Differences in income, nutrition and poverty within Brazil*. Washington, World Bank Staff, Working Paper nº 505, 1982.

(Originais recebidos em março de 1990. Revistos pela autora em agosto de 1990).